

Disseminação dos resultados das pesquisas em periódicos da área de educação: o papel e o lugar do *Em Aberto*

Osmar Fávero*

Resumo

Historia a análise da produção acadêmica relativa à disseminação dos resultados da pesquisa nos periódicos da área de educação e as pesquisa de avaliação sobre esses periódicos, inclusive as classificações Qualis, promovidas pela Capes. Mapeia os encontros de editores realizados, desde os anos de 1980, com apoio das agências oficiais de apoio à pesquisa, especialmente do Inep, tendo em vista a definição da política de apoio e financiamento para esse tipo de publicação. Revê o momento de criação da revista *Em Aberto* e seu papel nessa trajetória, sugerindo alternativas para sua atualização, quando se comemoram os 30 anos de sua existência.

Palavras-chave: pesquisa em educação; periódicos educacionais; *Em Aberto*.

* Agradeço a Walter Garcia o apoio na localização dos relatórios referentes aos eventos mencionados ao longo do artigo e as sugestões de revisão do texto.

Abstract

Dissemination of the results of research in education journals: the role of Em Aberto

It relates the analysis of academic production regarding the dissemination of the results of research in journals from the field of education and evaluative research on these journals, including the Qualis classification promoted by CAPES. It maps the meetings held since the 1980's by editors, with support from official agencies which promote research, especially INEP, bearing in mind the definition of its policy of support and financing for education journals. It recalls the period in which Em Aberto was created and its role in this trajectory, suggesting ways of bringing it up-to-date, as it celebrates the 30th anniversary of its creation.

Keywords: research in education; education journals; Em Aberto.

1 Contexto político e condições interinstitucionais do MEC e do Inep no início dos anos de 1980

18 O *Em Aberto* foi criado em 1981, dentro de um contexto de importantes mudanças no processo de reabertura política do Brasil, preparado por algumas definições legais baixadas pelos últimos presidentes militares, no final dos anos de 1970, em especial a lei da Anistia, de 1979. Significativa também a presença de Eduardo Matos Portella, nomeado ministro da Educação pelo presidente João Baptista Figueiredo, no período 1979-1980, abrindo novas frentes nesse ministério. Também no curto período em que o general Rubem Carlos Ludwig foi ministro, do final de 1980 a meados de 1981, mantiveram-se aquelas aberturas, viabilizando uma reformulação no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), a partir da designação de Hércio Ulhoa Saraiva como seu diretor-geral.

Esse contexto está muito bem colocado no artigo de Orlando Pilati, "Memórias em aberto", que abre a seção Pontos de Vista deste número. Basta completar suas memórias com alguns fatos importantes na área de educação, especialmente:

- a) Criação das entidades acadêmicas e sindicais no período: a Associação Nacional de Pós-Graduação (mais tarde de Pós-Graduação e Pesquisa) em Educação (ANPEd), em 1978; o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1979; a Associação Nacional de Educação (Ande), em São Paulo, em 1979; e a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), em 1988, que, depois da promulgação da Constituição, foi transformada em sindicato nacional (Andes-SN). Ainda na década de 1980, foram organizados também

o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

- b) No clima de reinvenção do Brasil democrático, essas associações se reforçaram mutuamente e se aliaram às agências oficiais, criando novos espaços de discussão e novos projetos de ação. Em particular, a Ande, o Cedes e a ANPEd passaram a organizar as Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), tendo realizado a primeira na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1980, e as demais de dois em dois anos, até a sexta e última, em Brasília, em 1990. Essas reuniões bienais significaram enorme ampliação dos debates sobre educação, muitos deles alicerçados em investigações realizadas nos centros de pesquisa e nos programas de pós-graduação, em especial como produtos da primeira safra de dissertações e teses.
- c) Essa articulação ampliou-se significativamente com a criação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que reuniu 16 associações coordenando sua participação na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, não só em termos de presença ativa junto aos constituintes, mas também na produção e divulgação de estudos e submissão de propostas.
- d) Fértil articulação entre agências de fomento à pesquisa e coordenação da pós-graduação, especialmente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Inep, propondo programas especiais para a área e assumindo o financiamento das reuniões nacionais das associações, das CBEs, das reuniões de editores de periódicos e dos seminários regionais de pesquisa, assim como da realização de intercâmbios e estágios de pesquisa. Destacam-se a liderança do CNPq e o apoio decisivo do Inep em boa parte dessas iniciativas, inclusive com a publicação de vários números do *Em Aberto* como subsídio às discussões em curso – o que é também lembrado no artigo de Orlando Pilati.

2 Contexto da informação educacional no início dos anos de 1980

No período, contava-se com a presença histórica da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, criada em 1944 e mantida ao longo desses anos, mesmo na crise sofrida pelo Inep na década de 1970; com os *Cadernos de Pesquisa*, da Fundação Carlos Chagas, criados em 1972, o primeiro periódico explicitamente destinado à divulgação da pesquisa; com algumas revistas produzidas nas faculdades de educação, de divulgação mais limitada. Entre essas, destaca-se a *Revista da Faculdade de*

Educação da USP, publicada desde 1975 e, ao que se sabe, a primeira a articular-se com uma série de publicações, em uma seção designada Estudos e Pesquisas, na qual eram divulgadas as primeiras e importantes teses defendidas nos concursos de doutorado existentes antes da criação dos cursos específicos desse nível.

No final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, é significativo o surgimento de novos periódicos na área: *Educação & Realidade*, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS – 1976); *Educação & Sociedade*, do Cedes (1978), seguida da série *Cadernos Cedes* (1980); *Educação Brasileira*, do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), também acompanhado da série Estudos e Documentos (ambos em 1978); *Perspectiva*, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC – 1983); *Revista Brasileira de Administração da Educação*, da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae – 1983).

Esses periódicos da área de educação alinhavam-se a outros mais gerais que também abordavam temas educacionais, entre eles: *Encontros com a Civilização Brasileira* (1978) e *Ciência Hoje*, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), lançado a partir de 1982, que, embora não fossem da área nem se destinassem a divulgar resultados de pesquisas, publicavam estudos gerais e debates importantes sobre educação. Somavam-se ainda as revistas de divulgação, de ampla tiragem e distribuição em escolas, entre elas *Amae Educando*, que existia desde 1967, publicada pela Associação Mineira de Administração Escolar.

A criação do *Em Aberto*, em 1981, tem um significado especial. De um lado, destinava-se inicialmente ao próprio corpo técnico do Ministério da Educação e Cultura (MEC), procurando suscitar a reflexão e o debate sobre questões atuais e relevantes da educação brasileira. A informação sobre a grande tiragem dos primeiros números (7 mil exemplares), inclusive pela sua demanda por parte da comunidade acadêmica, para uso como material didático nos cursos de graduação e pós-graduação, já era um primeiro sinal do acerto de seu lançamento. De outro lado, foi o único periódico que apresentou uma forma inovadora, desde sua estrutura: monotemático, apresentava em profundidade o tema na seção Enfoque, mapeando a discussão atual sobre ele; opiniões diversas e até contrastantes na seção Pontos de Vista; resenhas sobre as obras mais importantes referentes ao tema abordado e apresentação de bibliografia comentada sobre ele. A impressão em folhas soltas, de cores diferentes em cada seção, e a capa contendo informações sobre eventos significativos e o lançamento dos principais livros e periódicos também foram iniciativas inovadoras.

3 Discussão sobre a produção de pesquisas na área de educação e sobre a divulgação dos resultados obtidos

A discussão sobre a produção da pesquisa em educação, a rigor, foi inaugurada pelo estudo pioneiro de Aparecida Joly Gouveia, "A pesquisa educacional no Brasil", publicada simultaneamente na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (n. 122, abr./jun. 1971), e no primeiro número dos *Cadernos de Pesquisa* (jul. 1971). Foi localizado apenas um texto anterior sobre o assunto, "Uma política para a pesquisa educacional

no Brasil”, de Jayme Abreu, também publicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (n. 115, jul./set. 1969).

O histórico feito por Aparecida Joly Gouveia, reproduzido em vários trabalhos posteriores, considerava três fases da pesquisa educacional:

- 1) desde a instalação do Inep, em 1938, até meados dos anos de 1950, quando os temas de pesquisa teriam sido eminentemente *psicopedagógicos*;
- 2) do desdobramento do Inep no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), com sede no Rio de Janeiro, e nos cinco Centros Regionais de Pesquisa (CRPEs): Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Recife, quando a ênfase passou a ser *sociológica*;
- 3) a partir de 1964, quando foram desativados os centros de pesquisa, passando o núcleo oficial de pesquisas a localizar-se no Centro Nacional de Recursos Humanos, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), subordinado ao órgão de planejamento da União. Pelo menos até 1971, data do estudo realizado, os temas foram marcados pelo *economicismo*, em particular voltando-se para a formação de recursos humanos.

Nunca foram avaliadas as consequências da desativação dos Centros Regionais de Pesquisa para a pesquisa educacional e a formação de pesquisadores, desde os cursos de graduação. Mesmo a produção neles efetivada, em especial no CRPE de São Paulo, que funcionava na Faculdade de Educação da USP, no qual foram realizadas pesquisas “antológicas”, apenas recentemente tem sido analisada em artigos e teses. Mas, quanto à liderança da pesquisa educacional, pelo menos no caso de São Paulo, deve-se registrar que a Fundação Carlos Chagas assumiu essa função, exercendo-a até hoje. É preciso registrar também que o Ipea, nos dias atuais, é importante centro produtor de pesquisas, sobretudo valendo-se das estatísticas disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Transformado nos anos de 1970 em agência de fomento à pesquisa e centro de edições, o Inep não conseguiu assumir plenamente a dupla função de articulador das pesquisas em educação, com projeção política de organismo de ponta, e polo de reunião, divulgação e disseminação dos resultados da pesquisa. Tornou-se, todavia, o responsável pelo Centro de Informações Bibliográficas do MEC (Cibec), compreendendo várias unidades regionais: cumpre mencionar, neste caso, entre outras, as fundações Carlos Chagas e Joaquim Nabuco, as faculdades de Educação da Universidade Federal Rio de Janeiro (UFRJ) e da UFRGS. Responderia ainda pelo arquivo das teses e dissertações em educação (o que nunca foi efetivado), pelo Thesaurus Brasileiro de Educação, instrumento que visa a facilitar o processamento e a disseminação das informações sobre educação, e pela elaboração e edição das bibliografias sobre educação brasileira, como parte da Rede Latino-Americana de Informação e Documentação sobre Educação (Reduc).

Em 1978, no Seminário sobre a Produção Científica nos Programas de Pós-Graduação em Educação, promovido pela Capes na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Luís Antônio Cunha (1979) apresentou a comunicação “Os (des)caminhos da

pesquisa na pós-graduação em educação no Brasil”, na qual acrescenta à periodicização de Aparecida Joly Gouveia uma quarta fase, iniciada a partir de 1970, quando começou a produção de dissertações nos programas de pós-graduação. Cunha classifica as pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação em três tipos:

- 1) teses e dissertações desenvolvidas individualmente, tendo seus custos diretos, em geral, cobertos pelos próprios pesquisadores e, às vezes, subsidiadas com bolsas de estudo;
- 2) pesquisas realizadas sob encomenda de órgãos governamentais, fornecendo os programas uma espécie de consultoria a esses órgãos e recebendo pelas pesquisas recursos para cobrir os custos do trabalho, completar salários dos professores, pagar monitores e conceder ou ampliar bolsas dos estudantes;
- 3) pesquisas de iniciativa dos professores-pesquisadores, também em geral individuais, tendo, de um lado, o aspecto positivo do estímulo aos alunos e a potencialidade de serem aproveitadas para e no ensino, mas correndo o risco de cooptação, pelas prioridades para o financiamento por parte das agências governamentais, ou seja, os recursos colocados à disposição desses professores influenciariam fortemente os temas da pesquisa.

É nessa comunicação que Cunha (1979, p. 6-7) enuncia os “parâmetros viciados, orientadores de grande parte da pesquisa desenvolvida nos programas de pós-graduação em educação”: *legalismo, estrangeirismo, economicismo, sociometria, psicologismo, tecnicismo, sistemismo e computacionismo*, “por terem a capacidade de, no desenvolvimento de uma pesquisa, encobrir a verdadeira natureza do objeto a que se referem – a educação, seus agentes, seus destinatários, suas relações entre si e com a sociedade inclusive, suas funções e contradições”.

Ao final do texto, Cunha (1979, p. 14) afirma que a produção do saber que vai ser ensinado segundo os padrões próprios da atividade acadêmica é função legítima da pós-graduação, reconhece o valor da pesquisa discente e propõe que as linhas de pesquisa coincidam com as áreas de concentração dos cursos. No entanto, embora o seminário em questão tenha sido realizado exatamente para discutir a introdução de linhas de pesquisa nos programas, a área de educação seguiu essa orientação apenas a partir dos anos de 1990, quando passou a ser praticamente exigida pela sistemática de avaliação da Capes.

Durante a década de 1980 é muito forte a discussão sobre a natureza e a “cientificidade” da pesquisa em educação. Foram realizados vários seminários sobre a temática e vários artigos foram publicados, sobretudo na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* e nos *Cadernos de Pesquisa*. O próprio *Em Aberto* dedicou o número 31 (ago./set. 1986) à “Pesquisa educacional no Brasil”. É bem menor, todavia, a discussão sobre a divulgação dos resultados das pesquisas, tanto na agenda das reuniões científicas quanto na literatura disponível. Nas revistas de educação, encontra-se um único artigo produzido na década: “A divulgação da pesquisa educacional”, de autoria de Pedro Goergen, publicado na *Revista Brasileira de Estudos*

Pedagógicos (n. 153, (maio/ago. 1985), que está sendo reproduzido neste número comemorativo dos 30 anos do *Em Aberto*.

Nesse artigo, Goergen afirma que, em primeiro lugar, muitos relatórios de pesquisa não são publicados por não satisfazerem um mínimo de qualidade para tal. Em consequência, a primeira medida a ser tomada para melhorar a divulgação da pesquisa é investir em sua qualidade, o que significa destinar recursos à formação de bons pesquisadores e ao financiamento de bons projetos de pesquisa. Quanto à divulgação dos resultados da pesquisa propriamente dita, considera que deve ser feito em três direções: a) para dentro da própria universidade; b) na rede oficial de ensino; e, c) em relação às camadas mais amplas da população.

Seguramente caminhou-se muito desde os anos de 1980 até hoje. Mesmo assim, a crítica e as recomendações de Pedro Goergen ainda merecem ser consideradas. É fato que se ampliou muito a produção de pesquisas não apenas como base para teses e dissertações, mas também como esforço de grupos institucionalmente constituídos, conforme normas estabelecidas pelo CNPq, o que tem permitido o acesso a maior número de bolsas e a financiamentos relativamente substanciais. Por sua vez, a existência e a possibilidade de acesso a novos bancos de dados, tanto do IBGE quanto do próprio Inep, têm viabilizado a proposta de projetos que podem ser realizados a partir de bases empíricas mais amplas.

Cabe perguntar: nesse período, que papel representavam os periódicos na divulgação dos resultados das pesquisas educacionais? Como se posicionavam em face dos debates indicados? Sabemos que nas áreas das ciências exatas e na área médica o que mais conta na produção acadêmica e científica são as publicações em periódicos, sobretudo internacionais. Sabemos que isso não ocorre na área de educação, embora seja grande o número de periódicos existentes. Vamos abordar, a seguir, a problemática dos periódicos na área de educação, com ênfase na análise de sua expansão e na avaliação feita pelo Sistema Qualis, da Capes.

4 Iniciativas de intercâmbio e articulação de periódicos da área

Tendo em vista a definição de uma política de apoio pelas agências oficiais, dentre as quais se destaca o Inep, foram realizados nos anos de 1980 vários seminários e encontros de editores, a saber:

- 1) Seminário Publicações Periódicas na Área de Educação, promovido pelo Inep, em Brasília, em agosto de 1983, com os objetivos de promover o intercâmbio entre editores, bibliotecários, interessados no problema da comunicação e da divulgação de estudos e pesquisa educacionais através de publicações periódicas; suscitar debates e questionamentos sobre a comunicação científica através de periódicos; levantar subsídios em vista da melhoria da produção científica, bem como da difusão ampla e acessível das informações e conhecimentos na área de educação; contribuir para o amadurecimento das linhas de ação do Programa Integrado de Educação

(CNPq, Inep, Capes, Finep), no que dizia respeito sobretudo ao aumento da divulgação dos produtos da pesquisa educacional. O documento conclusivo do seminário indica, como desdobramento do Programa Integrado de Educação, a sistematização de um Programa de Estímulo e Apoio a Periódicos da Área de Educação, na linha do que já havia sido iniciado pelo CNPq e pela Finep para outras áreas. (Inep, 1983).

- 2) I Seminário de Educação e Informação Educacional, realizado em Florianópolis, na UFSC, em outubro de 1985, promovido pela revista *Perspectiva* e apoiado pelo CNPq, com a participação dos editores de *Cadernos de Pesquisa*, *Educação Brasileira*, *Educação em Debate* (Departamento de Educação da Universidade Federal do Ceará), *Educação em Revista* (Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais), *Educação & Sociedade*, *Perspectiva*, *Revista da Ande* e *Revista da Faculdade da Educação* da Universidade Federal Fluminense (UFF).
- 3) II Encontro das Revistas Brasileiras de Educação, realizado na Unicamp, promovido pelas revistas *Cadernos de Pesquisa*, *Educação & Sociedade* e *Revista da Ande*, com apoio do CNPq, Capes e Inep e participação de 25 editores ou representantes de periódicos. Em decorrência, foi realizada reunião em São Paulo, na sede da Ande, em dezembro de 1986, reunindo representantes dos três periódicos citados, para decidir sobre a criação do grupo de trabalho previsto no encontro anterior e indicar critérios de apoio financeiro por parte das agências.
- 4) III Encontro das Revistas Brasileiras de Educação, realizado em Belo Horizonte, em dezembro de 1988, promovido pela *Educação em Revista*, da Faculdade de Educação da UFMG, e pela *Amae Educando*, com apoio do Inep e participação de representantes de outros 16 periódicos.

Todos esses eventos contaram sistematicamente com a presença de representantes de agências oficiais, em particular do Inep, e produziram documentos conclusivos que registram pontos recorrentes relativos a: problemas financeiros para a produção e manutenção dos periódicos, tanto os de universidades como os de associações; inexistência de uma política institucionalizada de apoio financeiro por parte dos órgãos públicos; problemas de distribuição e comercialização, recomendando a aquisição dos periódicos pelos mesmos órgãos para distribuição às bibliotecas da área, e apoio a um sistema de permutas de matérias e intercâmbio de exemplares; importância das revistas de divulgação. Na análise dos relatórios, no entanto, não se observa, de um lado, o amadurecimento das discussões, sobretudo nos aspectos técnicos e normativos, e, por outro, o aproveitamento das conclusões de um seminário para outro. A impressão é sempre começar de novo, com novos personagens.

Não há registro de encontros de periódicos da área de educação ao longo dos anos de 1990, mas eles são retomados com força a partir de 1999 e nos anos de 2000, na agenda do Comitê dos Produtores da Informação Educacional. O Comped foi uma instância colegiada criada pelo Inep em 1997, constituída por 15 instituições governamentais e não-governamentais que atuavam no campo da produção e da

disseminação de informações, a saber: Ação Educativa, Associação Brasileira de Editoras Universitárias (Ibeu), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Fundação Carlos Chagas (FCC), Fundação Cesgranrio, Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (Ibict), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Este registro é importante porque o Comped não só promoveu a realização do seu I Seminário Nacional, realizado em São Paulo, em dezembro de 1999, do qual derivou a proposta de três seminários regionais, que serão abordados a seguir, como colaborou com importante programa de apoio às editoras universitárias, visando à formação de professores. No mesmo período, deu-se início à produção dos “estados da arte” sobre temas atuais da educação e à constituição da Rede Nacional de Referência em Gestão Educacional (Renageste), que se encarregaria da publicação da revista *Gestão em Rede*.

Os três seminários regionais sob a disseminação de informações educacionais, promovidos pelo Comped e coordenados pelo Inep, foram realizados, o primeiro, em Brasília, para as Regiões Norte e Centro-Oeste; o segundo, em Recife, para a Região Nordeste; e o terceiro em Curitiba, para a Região Sul. A estrutura foi a mesma para os três: no primeiro dia, uma conferência e dois painéis, com debates; no segundo, trabalhos em grupo, a partir de questões postas pelos organizadores, e um debate final, consolidando essas discussões.

O foco desses eventos foi bastante geral, discutindo-se as condições da produção e da disseminação da informação educacional, em sentido amplo (informações oficiais, censo, avaliações etc.), e não apenas restrita às pesquisas acadêmicas. Os anais desses seminários reúnem um conjunto de trabalhos e discussões importantes que permitem entender o bem definido objetivo do Inep na realização de uma de suas principais funções

Ainda em agosto de 2000 foi realizado na USP, com mais de cem participantes, o Seminário sobre Política de Publicação Científica no Brasil Hoje, coordenado por Belmira Oliveira Bueno, Júlio Groppa Aquino e Marília Pinto de Carvalho (Bueno, Aquino, Carvalho, 2002). Foi motivado pela avaliação Qualis da Capes, e nele registrou-se, pela primeira vez, a participação da *Revista Brasileira de Educação*, criada pela ANPEd em 1995, e a reestruturação da *Revista da Faculdade de Educação*, da USP, em 1999, como *Educação e Pesquisa*.

Mais centrado na produção acadêmica, contemplou os seguintes temas: a produção científica na área educacional e o papel dos periódicos especializados; qualidade editorial e o sistema classificatório dos periódicos; e arbitragem da produção científica: a editoração. Por sua vez, a carta de recomendações resultante dos debates, assinada por representantes de 26 periódicos, voltou-se prioritariamente

para solicitar a definição mais clara dos critérios adotados para a classificação das revistas, especialmente por parte da Capes, assim como para um diálogo entre editores e a ANPEd, na também definição mais clara dos fatores de “cientificidade” e de “impacto”. Recomendou ainda que, nas avaliações, não fossem prejudicadas as revistas de periodicidade mais larga, de modo que, por meio de uma política de publicações, fosse estimulada a produção e a qualidade da pesquisa na área de educação em todas as regiões brasileiras.

5 Avaliação dos periódicos da área de educação

5.1 Primeiros estudos

Em 1992, no bojo do projeto “Avaliação e Perspectivas na Área de Educação”, realizado pela ANPEd com financiamento do CNPq, foram feitos dois trabalhos de pesquisa: “Para uma avaliação dos periódicos brasileiros de educação”, por Tina Amado, Osmar Fávero e Walter Garcia; e “Avaliação & perspectivas da pesquisa através das publicações em periódicos”, por Antônio Chizzotti.¹

No primeiro trabalho, a partir do *Guia de periódicos brasileiros de educação*, elaborado pela Fundação Carlos Chagas para a Reduc, procedeu-se, inicialmente, a um mapeamento dos periódicos educacionais no período 1982-1992. Destacaram-se os *periódicos correntes*, isto é, cuja produção era regular e sistemática, localizados em cinco bibliotecas de instituições educacionais do Estado de São Paulo: da própria Fundação Carlos Chagas, da Secretaria de Educação do Estado, da Fundação para o Desenvolvimento da Educação [do Estado de São Paulo], da Faculdade de Educação da USP e das Bibliotecas Central e de Pós-Graduação da PUC-SP. Em um segundo momento, construiu-se uma tipologia dos 92 periódicos correntes localizados, classificando-os em: a) *especializados* – de documentação, vinculados a áreas temáticas ou a disciplinas e dirigidos a leitores determinados; b) *genéricos* – amplamente conhecidos ou voltados para a divulgação da produção acadêmico-científica.

Em suas “considerações preliminares”, o estudo indica inicialmente as dificuldades de se fazer uma classificação dos periódicos e as imprecisões da classificação proposta, embora considere importante o esforço de fazê-la. Anota, a seguir, algumas tendências: multiplicação do número dos periódicos, principalmente nas faculdades e nos programas de pós-graduação em educação, como instrumentos de divulgação da produção acadêmica local, o que pode vir a significar uma perigosa endogenia; abrangência temática de alguns periódicos genéricos *versus* demasiada especialização de outros; concentração na produção no Centro-Sul; fraca distribuição, revelada, de um lado, pelas lacunas nos acervos consultados e, por outro, pela dificuldade de aquisição por parte das bibliotecas. Embora não tenha

¹ Os dois relatórios foram divulgadas no documento impresso publicado pela ANPEd, em 1993, com distribuição limitada, atualmente disponível no portal da ANPEd. Dos dois artigos citados, apenas o primeiro foi publicado na *Revista Educação* da FAEEDBA, v. 2, n. 2, p. 173-195, jul./dez. 1993. A coletânea *Avaliação e perspectivas na área de educação 1983-1992* contém outros importantes trabalhos, nos quais são analisadas as ações das agências oficiais e internacionais no fomento à pesquisa educacional, inclusive na elaboração e implementação de programas específicos.

sido pesquisada a utilização dos acervos existentes, conclui que as dificuldades citadas, aliadas ao escasso “hábito de” e à falta de “interesse em” consultar os periódicos, parecem montar um círculo vicioso que põe em xeque o próprio esforço de produção. Finalmente, coloca em destaque o problema do financiamento, retomando as propostas contidas no relatório da Comissão de Avaliação da Política de Documentação e Informação do Inep, constituída em 1988, no qual se recomendava fossem apoiados os periódicos de maior circulação, periodicidade regular e abordagens temáticas mais amplas, tanto os de cunho expressamente acadêmico como os de divulgação.

O segundo estudo, de Antônio Chizzotti, sobre a divulgação dos resultados das pesquisas através da publicação em periódicos, é mais limitado, tendo centrado a análise apenas em três: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, *Cadernos de Pesquisa e Educação & Realidade*. Neles foram listados todos os artigos identificados como provenientes de pesquisas, publicados durante o período 1987-1992 e classificados pela temática, autoria individual ou coletiva e procedência regional. A análise é indicativa, apontando as frequências e as ausências mais notadas com relação aos temas e a tendência de realização de pesquisas individuais, em grande parte relacionada à obtenção dos títulos de mestre ou doutor, o que revelava alguns riscos: objeto limitado e compartimentalização da realidade, pouco aproveitamento de conhecimentos anteriores, estilo hermético e demasiadamente abstrato de alguns artigos. Foram encontradas poucas investigações realizadas por grupos, que também não se mostravam consolidados.

Em 1999 foi feita uma segunda pesquisa mais ampla, “Análise dos periódicos brasileiros de educação”, por Cristina Ortega, Osmar Fávero e Walter Garcia, com financiamento do Inep, por meio de convênio com a Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT).

Tomando como ponto de partida a pesquisa anterior e valendo-se novamente do apoio da ANPEd e da Fundação Carlos Chagas, foram novamente pesquisados os acervos de cinco bibliotecas importantes na área de educação, na cidade de São Paulo: Fundação Carlos Chagas, PUC-SP, Faculdade de Educação da USP, Fundação de Desenvolvimento da Educação [do Estado de São Paulo] e Ação Educativa, por se constituir em centro de documentação de publicações produzidas por ou dirigidas a movimentos sociais populares. Esse levantamento foi complementado com uma consulta ao *Catálogo Coletivo Nacional*, editado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), e com informações obtidas em faculdades e programas de pós-graduação em educação, cobrindo desde o período inicial dos diferentes periódicos localizados até 1998-1999, sempre que possível. O trabalho significou a atualização do *Guia de Periódicos Brasileiros de Educação*, organizado pela Fundação Carlos Chagas em 1992, sob a coordenação de Tina Amado, para o Inep/Reduc.

Como consta do relatório produzido,² dos 230 periódicos arrolados inicialmente

[...] foram abandonados cerca de 100 títulos da primeira listagem, por não terem sido encontrados exemplares atuais nas bibliotecas pesquisadas, por serem boletins de circulação restrita e direcionada, por não pertencerem efetivamente à área de

² O referido relatório e seus anexos foram publicados na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.79 n. 193, p. 161-195, set./dez. 1998 – porém, consta no verso da folha de rosto que esse número foi publicado em abril de 2000.

educação ou não estarem com ela nem mesmo indiretamente relacionados. Foram abandonados também os boletins informativos produzidos por associações científicas e sindicais ou por órgãos públicos, estes últimos geralmente de duração limitada às gestões políticas. Suprimiram-se, ainda, as publicações anteriormente designadas como “secundárias”, do tipo resumos analíticos ou sumários correntes preparados por bibliotecas, para circulação interna às instituições. Por sua vez, algumas séries anuais, classificadas no primeiro estudo como “terciárias”, sobretudo anuários e sinopses das estatísticas educacionais, deixaram de ser publicadas pelo MEC, nos últimos anos. (Ortega, Fávero, Garcia, 1998, p. 162).

Este segundo estudo comprovou uma tendência indicada no primeiro: o aumento do número de periódicos e a consequente fragmentação da informação educacional. Foram encontrados 64 novos títulos diretamente relacionados à educação, criados após 1992, vários deles de divulgação, com ampla distribuição. Por sua vez, foi preocupante constatar a supressão, no período, de publicações oficiais importantes.

Essa segunda pesquisa analisou novamente apenas o polo da produção, não explorando a utilização dos periódicos. Não contemplou também os periódicos virtuais que já existiam, embora ainda raros. As 120 referências analisadas, compreendendo inclusive algumas séries, foram classificadas em três grandes categorias:

- a) *periódicos científicos* – desdobrados em *gerais* e *especializados*, compreendendo todas as publicações periódicas ou seriadas, direta ou indiretamente vinculadas a instituições de ensino de educação ou a centros de pesquisa em educação;
- b) *periódicos genéricos* – desdobrados em *de ampla circulação* e *de circulação restrita*, em geral produzidos, de um lado, pelo interesse de parte da sociedade pelas questões educacionais e, de outro, por um mercado promissor;
- c) *periódicos referenciais* – publicações regulares que fornecem insumos sobre e para a atividade educativa, sejam eles de caráter documental, relativos, por exemplo, aos conselhos nacional e estaduais de educação ou à produção acadêmico-científica. Previa-se que o aumento das avaliações sistemáticas dos vários níveis de ensino e de programas em execução pelo governo federal aumentassem significativamente esta categoria, o que efetivamente veio a ocorrer.

Para uso imediato, tendo em vista a melhoria dos contatos e intercâmbios, a pesquisa produziu uma relação atualizada dos 120 periódicos, com os seguintes dados: número do International Standard Serial Number (ISSN), data do início da coleção, periodicidade, descritores, presença nas bibliotecas consultadas, editor institucional e, conforme o caso, editor comercial, com os respectivos endereços. Contatos posteriores com os editores, através da ANPEd, com vista à avaliação Qualis, que será tratada oportunamente, completaram esses dados com informações sobre tiragens e custos.

Nas conclusões e propostas, foram abordados os seguintes pontos:

- a) ampliação do número de periódicos e diversificação, de um lado, indicando um problema de fragmentação, como já foi visto; de outro, revelando a

busca de novos caminhos para a divulgação da produção acadêmico-científica, inclusive em termos de grande público;

- b) ao lado de certo “amadorismo” na produção dos periódicos, revelaram-se cuidados editoriais bem-sucedidos e, principalmente, no caso dos periódicos científicos, melhor definição do perfil editorial da revista e de sua missão e a inserção sistemática de comissões ou comitês editoriais, uma das exigências fundamentais para ser obtido o financiamento de agências oficiais;
- c) falhas sistemáticas das coleções/séries nas bibliotecas e a necessária melhoria do tratamento dos periódicos pelas bibliotecas, com a proposta do estabelecimento de uma sistemática de permuta.

Em decorrência dessa proposta, foram feitos contatos com a Diretoria de Documentação e Informação do Inep, para se estabelecer uma política de permuta entre os periódicos: no primeiro ano, com financiamento desse órgão, seriam adquiridos e intercambiados os 120 títulos citados, com a recomendação expressa de serem colocados nas bibliotecas universitárias; no segundo ano, caberia a essas bibliotecas a decisão de continuar a permuta. O processo não foi implementado por dificuldades burocráticas. Por sua vez, a pesquisa gerou interessante projeto de realização de “oficinas” com os editores, tendo em vista, de um lado, sua formação ou aperfeiçoamento e, de outro, a melhoria da produção dos periódicos. Foi realizada apenas uma dessas “oficinas”, em Natal, Estado do Rio de Grande do Norte, que será abordada numa seção específica deste artigo.

As avaliações Qualis da Capes

A partir do final dos anos de 1990, a Capes passou a exigir que cada área de conhecimento apresentasse uma classificação dos periódicos nos quais os pesquisadores publicassem seus trabalhos. No caso da área de educação, isso não é uma tarefa fácil, pois os docentes e pesquisadores divulgam seus artigos em grande número de periódicos, nacionais e estrangeiros, da área, de áreas afins ou mesmo de outras áreas, resultando em cerca de mil referências na síntese dos relatórios anuais elaborados pelos programas de pós-graduação em educação.

O instrumento para essa classificação, designado Qualis, é assim definido pela Capes:

Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção.

A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos.

A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade – A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C – com peso zero.

Note-se que o mesmo periódico, ao ser classificado em duas ou mais áreas distintas, pode receber diferentes avaliações. Isto não constitui inconsistência, mas expressa o valor atribuído, em cada área, à pertinência do conteúdo veiculado. Por isso, não se pretende com esta classificação, que é específica para o processo de avaliação de cada área, definir qualidade de periódicos de forma absoluta. (Qualis..., [2012]).

Para atender a essa exigência da Capes, o representante da área de educação junto a essa agência, no período, solicitou a colaboração da ANPEd para a realização da tarefa. O grupo de trabalho formado partiu dos resultados da pesquisa realizada em 1999 e, contando com o apoio financeiro do Inep, realizou o primeiro ensaio do Qualis dos periódicos brasileiros de educação. Numa primeira fase, concluída em março de 2001, dos 120 periódicos relacionados na pesquisa, foram recebidos 92 e classificados 60, de acordo com a sistemática proposta pela Capes. Em uma segunda fase, dita complementar, foram recebidos outros 39 periódicos e classificados 20. Ainda por exigência da Capes, procedeu-se também a uma primeira tentativa de classificação de periódicos estrangeiros.

Esse primeiro ensaio é o mais bem documentado, tanto no que diz respeito aos critérios de avaliação quanto no insistente contato com os editores para a remessa de exemplares das revistas a serem avaliadas e para a atenção sobre os problemas recorrentes em sua produção. Percebe-se, também, ter sido muito bem cuidado o retorno dos resultados obtidos, revelando uma dimensão pedagógica do trabalho realizado. Esse procedimento contribuiu de maneira significativa para a melhoria dos periódicos, especialmente no que diz respeito aos aspectos normativos: obtenção do ISSN e inserção em indicadores importantes, melhor definição da linha editorial, constituição de comissões editoriais, definição dos critérios de aceitação dos artigos etc.

Esses mesmos aspectos e outros mais exigentes – particularmente a garantia de periodicidade e a prioridade a ser dada à publicação de artigos derivados de pesquisa – passaram a constar, no mesmo período, dos critérios para a obtenção de financiamento nos editais do CNPq e para a inclusão na Scientific Electronic Library Online (SciELO), mobilizando sobretudo os programas de pós-graduação na busca da melhor qualidade dos respectivos periódicos.

A institucionalização do Qualis dos periódicos da área de educação na Capes, no entanto, ocorrida em 2002, e sua sucessiva atualização a partir de 2003, elidiu, pelo menos em parte, aquela dimensão educativa. Os editores buscam aprimorar os periódicos apenas tendo em vista sua melhor classificação e abandonou-se, na área, a análise mais geral da situação do conjunto dos periódicos, inclusive quando começam a aparecer os periódicos virtuais, processo analisado no artigo de Francisco José da Silveira Lobo Neto, inserido neste número do *Em Aberto*.

As pesquisas mais amplas procuraram diagnosticar a situação do *conjunto dos periódicos* da área de educação, identificar os problemas recorrentes, analisar as tendências manifestas e sugerir alternativas para as políticas de apoio às publicações. O Qualis pretende aferir a *qualidade individual dos periódicos* nos quais a produção dos docentes e pesquisadores é divulgada, tomando por base padrões internacionais, como, por exemplo, o número de citações recebidas pelos artigos ou de referências aos autores (cf. Silva, 2009). Em nenhum dos casos avaliou-se/avalia-se a *qualidade*

dos artigos divulgados. Apenas no *Relatório da Comissão de Avaliação de Periódicos da área de Educação*, designada pela ANPEd para assessorar a representação da área junto à Capes, é indicada uma iniciativa importante:

[...] além dos critérios explicitados na ficha [de avaliação], foram considerados na avaliação de cada periódico: sua *tradição*, evidenciada tanto pelo prestígio na área, como pela periodicidade e tempo de circulação; sua *inserção na área*, traduzida pela predominância de artigos mais diretamente relacionados ao campo educacional; a *tematização de questões contemporâneas* que possam trazer contribuições inovadoras à pesquisa educacional; a *relevância dos artigos*, em relação ao público que pretende atingir; a *diversificação de autores*, considerando as regiões de suas instituições de origem e os locais em que fizeram a pós-graduação; a *presença de artigos de autores com reconhecida produção na área*; o *interesse geral ou específico dos artigos [de autores] estrangeiros*, tendo em vista a produção acadêmica dos autores e a repercussão de seus trabalhos no campo educacional brasileiro; o *potencial de impacto dos artigos*, considerando a possibilidade de servirem como referência para a produção na área. (ANPEd. Comissão..., 2007 – grifos no original).

Essa perspectiva de considerar aspectos qualitativos já estava presente na primeira avaliação Qualis, feita pela Comissão designada pela ANPEd, em 2001. É absolutamente essencial, embora ainda se restrinja aos periódicos e não chegue a verificar o mais importante: a qualidade da produção divulgada mais amplamente, tanto em livros como em eventos. Mesmo em termos da avaliação de periódicos, apenas ameniza um dos limites do Qualis: considerar somente a circulação local, nacional e internacional deles. Na área da educação, em alguns casos a circulação regional é praticamente definidora da edição.

A partir de 2005, passou-se a elaborar Qualis também de eventos e livros. A classificação dos primeiros, além do prestígio dos eventos mais bem colocados, reduz-se a uma sinalização para o financiamento. É bastante diferente o caso dos segundos, pois grande parte da produção de todas as áreas de Ciências Sociais e Ciências Humanas, tanto no Brasil como em outros países, é divulgada em livros – o que as diferencia radicalmente das Ciências Exatas e das Ciências da Saúde.

Essa classificação, no entanto, exige cuidados especiais: é preciso distinguir as coletâneas temáticas, compostas com ensaios de vários autores, mas que traduzem diretamente resultados de pesquisa, e livros que, mesmo constando de vários textos de vários autores, divulgam integralmente os resultados de uma pesquisa. Ambos são importantes, mas cumprem funções distintas; os livros assim configurados retomam os relatórios burocráticos e desenvolvem a temática pesquisada, contribuindo para seu aprofundamento. No conjunto dos rituais das avaliações periódicas da Capes, o Qualis-livros certamente foi um ganho para as áreas das Ciências Humanas e das Ciências Sociais.

5.3 Desdobramento das pesquisas de análise dos periódicos e das avaliações Qualis

Ao lado da elaboração dos Qualis, a pesquisa realizada em 1999 deu origem a dois eventos importantes, ambos apoiados financeiramente pelo Inep:

- a) O seminário sobre “Avaliação dos periódicos de educação do Centro-Oeste”, promovido pelo Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação da região e realizado em Campo Grande, em 10 de fevereiro de 2003, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB);
- b) I Encontro de Editores de Revistas de Educação das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, realizado em Natal, em agosto de 2005, coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Do primeiro participaram editores e representantes de dez periódicos da região, ligados a universidades com programas de pós-graduação em educação.³ Constituiu-se em ampla reflexão sobre os critérios de avaliação dos periódicos do primeiro Qualis, revendo a publicação de resultados de pesquisa, considerada fraca na região, e insistindo na competência dos editores e das editoras universitárias, cujo papel fundamental seria a manutenção dos periódicos e a edição de livros contendo a produção dos docentes e pesquisadores da própria instituição, além da necessidade de criar estratégias coletivas tanto para a permuta de artigos como para a troca de periódicos entre os programas de pós-graduação. Para evitar o problema da endogenia, bastante criticada nas avaliações da Capes, sugeriu-se a criação de uma estratégia coletiva de permuta de artigos e consequente permuta dos periódicos publicados. A partir da Nota Técnica elaborada pela Comissão encarregada do primeiro Qualis, enviada aos editores pela ANPED, foi retomada a discussão sobre a importância dos aspectos normativos, considerados pré-requisitos para as avaliações, o problema da circulação dos periódicos e a relação qualidade/relevância dos artigos publicados.

O segundo evento constituiu-se uma experiência inovadora, gerada no próprio Inep, em entendimentos entre Walter Garcia e Solange Castro, à época Diretora de Informações Educacionais do Instituto, como um dos desdobramentos da pesquisa realizada em 1999: a realização de *oficinas* com editores dos periódicos da área, tendo em vista aperfeiçoar suas competências.

Promovido pela ANPED e pela revista *Educação em Questão*, da UFRN, e com financiamento do Inep, o encontro foi realizado em Natal, nos dias 4 e 5 de agosto de 2005, contando com a participação de 19 editores de periódicos de educação publicados nas Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.⁴ Nele foram discutidas questões relacionadas com a produção, a manutenção e o aperfeiçoamento dos periódicos científicos e a possível organização de uma rede de editores de periódicos de educação. Dois especialistas encarregaram-se de desenvolver os temas básicos, organizados em módulos:

Módulo I – Periódicos científicos: como concebê-los, produzi-los e avaliá-los?
Prof. Piotr Trezesniak, da Universidade Federal de Itajubá

³ Estiveram presentes no seminário, como convidados, Walter Garcia, um dos coordenadores da pesquisa realizada em 1999 e participante da comissão que elaborou o primeiro Qualis da área, e Eurize Caldas Pessanha, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), membro da Comissão de Avaliação da Capes, no período.

⁴ Participaram também, como convidados, Walter Garcia e Osmar Fávero, coordenadores da pesquisa de 1999, e Lia Scholze, coordenadora-geral da Linha Editorial e Publicações do Inep.

O curso foi intensivo, com abordagem bastante ampla da temática do primeiro módulo, deixando muitas questões para a reflexão dos editores. Mais uma vez foram discutidas as dificuldades relativas à produção e à circulação dos periódicos e afirmada a necessidade de os editores reunirem-se para serem fortes regionalmente.

6 Informação educacional hoje: o papel e o lugar do *Em Aberto*

Como foi dito, depois dos anos de 1980 não foram retomadas as discussões sobre os problemas das pesquisas em educação e sobre a divulgação de seus resultados. Pode-se afirmar que houve melhoras significativas na abordagem dos problemas educacionais sob alguns enfoques, por exemplo, na Sociologia da Educação. Em especial, passou-se a dispor de bases de dados importantes, especialmente a partir dos censos do IBGE e dos levantamentos do Inep, que têm permitido explorações quantitativas reveladoras. No entanto, embora tenha aumentado o volume de recursos, tanto por parte do CNPq quanto de fundações estaduais de pesquisa, ainda é frágil a organização de grupos de pesquisa na área, com produção significativa acumulada ao longo dos anos.

A disseminação dos resultados obtidos, por sua vez, continua sendo problemática. Não tendo havido novas pesquisas que mapeiem a evolução e a situação atual dos periódicos da área, os únicos indicadores disponíveis – com as limitações apontadas – são os Qualis da Capes. Também não foram realizados outros estudos globais, do tipo das *Avaliações e Perspectivas* promovidas pelo CNPq.

Durante a assembleia de abertura da 30^a Reunião Anual da ANPED, comemorando os 30 anos de sua fundação, Luís Antônio Cunha sugeriu, como primeiro compromisso histórico, a retomada dos estudos sobre a qualidade da pós-graduação em educação:

Não a qualidade estreita, aquela que resulta da mera aplicação de indicadores quantitativos, que tanto entusiasma os tecnocratas. Não se trata, tampouco, da avaliação de cada programa para dar-lhe notas, atribuir-lhes ou retirar-lhes a credencial de emissores de diplomas com validade jurídica.

Trata-se, isto sim, de avaliar com objetividade a produção *do conjunto* dos programas da área de educação, as publicações dos docentes-pesquisadores, as teses e dissertações dos estudantes titulados, os currículos (de ensino e pesquisa) efetivamente desenvolvidos, para além dos projetos e dos formulários Coletacapes.

O resultado da avaliação da produção da área – *do conjunto* da área – poderá levar cada programa a reavaliar-se, assim como ajudar a própria ANPED a elaborar políticas próprias e atuar sobre as políticas governamentais com bases sólidas. (Cunha, 2008, p. 170 – grifos no original).

Nenhuma proposta nesse sentido foi feita pelas últimas diretorias da Associação. Mas há fatos novos a registrar. No que diz respeito aos periódicos – e,

por seu intermédio, à disseminação dos resultados das pesquisas em educação –, é extremamente importante a inserção de bom número deles na SciELO e, embora mais restrita no caso dos periódicos brasileiros, na Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal en Ciencias Sociales y Humanidades (RedALyC). Ambas permitem, com presteza, o acesso aos números publicados, com eficientes mecanismos de busca, por autores e temas, assim como às estatísticas sobre as consultas efetuadas. Essa mesma sistemática está sendo ampliada pela Biblioteca Virtual Educ@, resultante de uma parceria da Fundação Carlos Chagas com o Sistema SciELO, visando à organização e à divulgação de periódicos qualificados da área de educação. Também merece registro a iniciativa do CNPq, tomada a partir do edital divulgado em 2006, de complementar o financiamento dos periódicos com recursos para a montagem de portais próprios, com vista a disponibilizá-los *online*.

Nesse processo, o ganho maior foi a conquista do acesso livre, cuja história e importância é abordada no artigo de Piotr Trezesniak, publicado neste número. É verdade que, conforme nos alerta Francisco José da Silveira Lobo Neto, em artigo também publicado neste número, ainda engatinhamos na experiência de periódicos divulgados pela internet. Várias revistas educacionais foram criadas nesta forma nos últimos anos, algumas delas pressionadas pelas dificuldades da produção impressa, mas ainda não ultrapassamos a fase de disponibilizar *online* periódicos que foram concebidos e produzidos para serem impressos.

No momento atual, é preciso repensar o papel e o lugar do *Em Aberto*. Orlando Pilati e Marisa Vorraber Costa consideram a proposta ainda válida e importante para a área, assim como úteis e necessárias as edições impressa e *online*. Os levantamentos feitos por Costa, no entanto, embora limitados, indicam pouco conhecimento e pequeno uso do *Em Aberto* pelos professores universitários e, também, o “descarte” dos números antigos feito pelas bibliotecas com a justificativa de falta de espaço e pouco uso.

Apesar disso, ambos os pesquisadores sugerem ampliar a distribuição: Pilati, para as instituições de ensino superior em geral; Costa, para os centros universitários e os institutos federais. Mais radicalmente, supondo que as universidades em geral e os programas de pós-graduação têm acesso a maior número de títulos, Costa sugere redirecionar a distribuição para as escolas e os professores do ensino fundamental e médio, mais carentes de fontes para estudos e pesquisas. Também radicalmente, Pilati sugere retomar a distribuição, ao menos *online*, para os servidores dos diversos órgãos do MEC e voltar a promover debates sobre os números editados, reavivando os canais de comunicação entre os funcionários do MEC e os membros da comunidade acadêmica.

Será necessário, também, avaliar a atualidade dos dossiês, na tentativa de abordar temáticas realmente demandadas pela área. Isto obrigaria a ponderar a forma atual de recebimento das propostas, uma vez que aquelas que são enviadas espontaneamente nem sempre têm resultado em bons produtos e, além disso, têm comprometido a pontualidade das edições. Parece valer mais investir em dossiês “encomendados” ou em temas “induzidos”, como nos primeiros tempos, quando os organizadores dos números eram pagos.

A questão aparentemente menor do pouco interesse em conseguir colaborações ou da pequena importância dada à publicação, por não estar bem classificada no Qualis-periódicos da Capes, obriga a pelo menos assumir seriamente o compromisso com a periodicidade e a pontualidade das edições. Na verdade, isso é exigido de todos os periódicos, e o *Em Aberto* disso não se pode furtar, a não ser que se assuma como uma série. Mesmo assim, deve honrar a previsão de fazer um número certo de edições ao ano.

7 Novas perspectivas?

Este texto já estava em editoração pelo Inep quando foi realizada, nos dias 19 e 20 de abril de 2012, na Universidade Federal de Pernambuco, a primeira reunião do Fórum de Editores de Periódicos da Área de Educação (Fepae), organizada pela ANPED e com a participação de mais de 100 editores.

Um relatório preliminar divulgado indica como momentos importantes a palestra do professor Luís Reynaldo F. Alleoni, vice-presidente da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), sobre o papel dos periódicos na divulgação do conhecimento, e a mesa-redonda sobre gestão acadêmica e editorial dos periódicos, com a participação de Lúcia Bruno (*Educação e Pesquisa*), Marta Araújo (*Educação em Questão*), Álvaro Hipólito (*Currículo sem Fronteiras*) e Sandra Zakia (*Revista Brasileira de Educação*).

Em termos gerais, o evento teve forte caráter organizativo, tendo sido escolhida uma coordenação provisória, com mandato até a 35ª Reunião Anual da ANPED, que será realizada em outubro deste ano, na qual estão previstos: o segundo encontro dos editores; a necessidade de mapeamento rigoroso dos periódicos existentes; a criação de uma base de dados dos periódicos da área, por região.

Evidentemente, a motivação maior para a criação do Fepae foi a avaliação periódica da Capes e a elaboração dos Qualis anuais, que consta terem provocado intensos debates durante a reunião.

Referências bibliográficas

AMADO, Tina; FÁVERO, Osmar; GARCIA, Walter. Para uma avaliação dos periódicos brasileiros de Educação. *Revista da FAEEDBA*, Salvador, v. 2, n. 2, p. 173-195, jul./dez. 1993.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). Comissão de Avaliação de Periódicos da Área de Educação 2006/2007. *Relatório da...* 2007. Disponível em: <http://www.anped.org.br/docs/qualis/rel_avaliacao_periodicos_06_07.pdf>.

AVALIAÇÃO e perspectivas na área de Educação 1983-1992. Porto Alegre: ANPED, 1993.

BUENO, Belmira Oliveira; AQUINO, Júlio Groppa; CARVALHO, Marília Pinto (Org.). *Política de publicação científica em educação no Brasil hoje*. [Textos apresentados durante o Seminário realizado na Faculdade de Educação da USP, em agosto de 2000]. São Paulo: FEUSP, 2002. (Série Estudos e Debates, 43).

CUNHA, Luís Antônio. Os (des)caminhos da pesquisa na pós-graduação em educação no Brasil. In: SEMINÁRIO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO, 1978, Curitiba. *Linhas de pesquisa, teses e integração discente*. Brasília: MEC, Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.

CUNHA, Luís Antônio. A retomada de compromissos históricos aos 30 anos da ANPED. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, p. 168-172, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000100015>>

ORTEGA, Cristina; FÁVERO, Osmar; GARCIA, Walter. Análise dos periódicos brasileiros de Educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 79, n. 193, p. 161-195, set./dez. 1998.

QUALIS periódicos. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

SEMINÁRIO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO, 1978, Curitiba. *Linhas de pesquisa, teses e integração discente*. Brasília: MEC, Departamento de Documentação e Divulgação, 1979.

SEMINÁRIO DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS: REGIÕES NORTE E CENTRO-OESTE, 2000, Brasília. *Anais do...* Brasília: Inep, 2000. 54 p. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=1346>>.

SEMINÁRIO DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS: REGIÃO NORDESTE, 2000, Recife. *Anais do...* Brasília: Inep, 2000. 48 p. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=1345>>.

SEMINÁRIO PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO, 1983, Brasília. *Anais do...* Brasília: Inep, 1984. 95 p. Disponível em: <http://mecsrv137.mec.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select_action=&co_obra=28044>.

SILVA, Maurício Rocha e. O novo Qualis, que não tem nada a ver com a ciência no Brasil: carta aberta ao presidente da Capes. *Clinics*, v. 64, n. 8, [Editorial], p. 721-724, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-59322009000800002&script=sci_arttext>.

Osmar Fávero, professor titular aposentado da Universidade Federal Fluminense (UFF), atua como pesquisador associado no Programa de Pós-Graduação em Educação dessa universidade.

ofavero@gmail.com